

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SANDRA HELENA MANGUEIRA NUNES SOUSA**

**A INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL COMO MEIO DE GESTÃO E  
PROMOÇÃO SOCIAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
Artigo Científico**

**Cacoal - RO  
2014**

**SANDRA HELENA MANGUEIRA NUNES SOUSA**

**A INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL COMO MEIO DE GESTÃO E  
PROMOÇÃO SOCIAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

Artigo – Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Fundação Universidade Federal  
de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor  
Francisco Gonçalves Quiles, como requisito  
parcial para obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis, sob orientação do Professor  
Ms. Charles Carminati de Lima.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O Artigo – Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A Inclusão produtiva rural como meio de gestão e promoção social para a agricultura familiar”, elaborado pela acadêmica Sandra Helena Manguiera Nunes Sousa, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

---

Prof. Mestre Charles Carminati de Lima  
Presidente

---

Profª. Doutora Maria Bernadete Junkes  
Membro

---

Profª. Doutora Suzenir Aguiar Silva Sato  
Membro

---

Média

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter a certeza que Ele esteve presente em todos os momentos de minha caminhada, me dando força e coragem para superar as dificuldades enfrentadas.

Ao meu esposo Ricardo, que de forma especial e carinhosa me fez acreditar que seria possível a realização de um sonho, amo partilhar a vida com você.

As minhas filhas Jessane e Jeanne, por me fazer ver que é possível.

Agradeço aos meus genros Edimar e Sérgio por me esperarem no ponto de ônibus e me levarem até em casa.

Ao meu neto Lucas pelos momentos de alegrias e descontração.

A minha mãe, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

Ao meu amigo irmão Leandro Júnior, pelas palavras amigas, paciência e caminhada.

Aos meus colegas de turma, em especial Ricardo Bautz, Diego Fernando e Guilherme, obrigada pela amizade, ajuda mútua e ensinamentos.

A todos os colegas que conheci nesta jornada, mas alguns marcaram a nossa história acadêmica como os colegas Renilson e Sadrac, amigos, companheiros, irmãos.

Obrigada Dieines e Kelli por compartilhar momentos tão agradáveis nas orientações.

Agradeço ao Sr. Nilton Moraes “nosso motora” pelo carinho e zelo em nossas viagens nesses quatro anos.

Obrigada colegas de turma por todos os momentos em que fomos estudiosos, mas também brincalhões e até cúmplices, essa caminhada não seria a mesma sem vocês.

Um agradecimento carinhoso a Thiago Rafael e Professor Cleberson, “amigos de estrada”.

Aos professores queridos Andréia, Adriano, Cleberson, Correia, Ellen, Eleonice, Estela, Evimael, Liliane, Rogério, todos vocês contribuíram para meu crescimento acadêmico.

Um agradecimento especial as Professoras Bernadete e Suzenir pela atenção e valiosas sugestões, e em especial muito obrigada ao Professor Charles Carminati por seus ensinamentos, paciência, dedicação e confiança.

Agradeço a Associação das Trabalhadoras Rurais Esperançosas de Rondônia, em especial a Presidente Dona Nerci e aos associados pela oportunidade de conhecer pessoas tão queridas que me ajudaram a desenvolver este trabalho.

“Acredito que o melhor programa social é um emprego.”  
(Ronald Reagan)

## **A INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL COMO MEIO DE GESTÃO E PROMOÇÃO SOCIAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.**

Sandra Helena Manguiera Nunes Sousa<sup>1</sup>

**RESUMO:** este trabalho teve como finalidade verificar a importância do Programa de inclusão produtiva rural do governo federal e a inserção social dos agricultores familiares assistidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), de forma a estimular a geração de trabalho e renda. O estudo abordou problemáticas relacionadas a desigualdade social, a pobreza e o modo como o Estado trata a questão e os critérios de seleção destas famílias beneficiadas baseado no que preconiza o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A prioridade para os mais pobres vem sendo implementada, sobretudo, por meio de políticas públicas como o Fome Zero, e por um conjunto de projetos e programas de diversos órgãos do Governo Federal, que visam a inclusão social das famílias brasileiras bem como dos agricultores familiares. A pesquisa foi realizada com os agricultores familiares associados a Associação das Trabalhadoras Rurais Esperançosas de Rondônia – ATRERON, e apresentou os resultados sobre a contribuição efetiva que os cursos de formação profissional rural e as atividades de promoção social desenvolvidas pelo SENAR propiciam no desenvolvimento das atividades dos agricultores familiares do município de São Felipe D'Oeste, Rondônia. O estudo mostrou também que a agricultura familiar torna-se importante fator de geração de renda e emprego para pequenos agricultores, o que possibilita manter mais famílias no campo em forma de associativismo na produção, beneficiamento e comercialização de produtos artesanais com sub-produtos da agricultura local proporcionando novas oportunidades de trabalho e renda.

**Palavras-Chave:** Agricultura Familiar, Inclusão Produtiva Rural, Promoção Social.

### **1 INTRODUÇÃO**

Os serviços socioassistenciais oferecidos pelos programas de inclusão produtiva rural, considerado um mecanismo de enfrentamento da pobreza e possibilitando oferecer melhores condições de vida aos usuários do programa, é um dos eixos de atuação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), criado pelo governo federal com o objetivo de retirar parte da população brasileira da extrema pobreza estimada em mais de 16 milhões de pessoas que vivem com renda familiar inferior a R\$ 70,00 por pessoa.

As políticas públicas sociais adotadas pelo governo brasileiro, segundo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2013), através do PBSM (2013) vem auxiliando nas ações sociais à população considerada em situação de extrema pobreza através do desenvolvimento de mecanismos como o programa de inclusão produtiva, que possibilita

---

<sup>1</sup> Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação do Professor MS. Charles Carminati de Lima.

que a parcela mais vulnerável da população aproveite as oportunidades que o Brasil tem gerado nos últimos anos.

Em decorrência das diversas iniciativas do governo federal para reduzir os consideráveis índices de miséria do país, dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013) destaca o eixo voltado à inclusão produtiva com o objetivo de auxiliar no fortalecimento social através de projetos e ações para a população considerada de baixa renda. Nesse contexto, o programa de inclusão produtiva promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) visa promover a integração dos usuários através da assistência social por meio de ações articuladas e mobilização social.

Como objetivo geral da pesquisa, analisou-se a contribuição do programa de inclusão produtiva rural no auxílio à gestão e à promoção social dos agricultores familiares da Associação das Trabalhadoras Rurais Esperançosas de Rondônia (ATRETERON). E como específicos levantou o perfil socioeconômico dos agricultores familiares pesquisados; descreveu os critérios estabelecidos para a inclusão dos agricultores familiares no programa de inclusão produtiva rural; identificou as entidades parceiras do programa de inclusão produtiva rural e as ações que estas desenvolvem com vistas a auxiliar na gestão da atividade produtiva e no desenvolvimento social e verificou como as políticas públicas do programa de inclusão produtiva rural vêm contribuindo no fortalecimento das ações coletivas dos agricultores familiares na busca pela autonomia econômica e social.

O estudo realizado justifica-se pela histórica contribuição da agricultura familiar no Brasil como mostra o Censo Agropecuário (2006) que apresentou dados relevantes desse setor, podendo-se citar o número expressivo de 12,3 milhões de agricultores no país, destacando 909 mil agricultores ocupados na produção familiar, sendo 507 mil homens e 402 mil mulheres. No estado de Rondônia os agricultores ocupados na produção familiar representam 84% do pessoal ocupado. Segundo o Caderno da Agricultura Familiar do IBGE (2007), a agricultura familiar respondia por um terço das receitas dos estabelecimentos brasileiros.

De forma geral a pesquisa mostrou a importância de como as políticas públicas contribuem para o processo de inclusão produtiva rural como meio de superação das vulnerabilidades sociais, bem como no auxílio à gestão produtiva destes agricultores e na melhoria da qualidade de vida, em virtude de que o Município de São Felipe D'Oeste, segundo dados do IBGE (2010), possui uma população de 6.018 residentes, dos quais 600 encontravam-se em situação de extrema pobreza, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Desse total, 552 viviam no meio rural. E, a partir disso, contribuir nas discussões e

estudos acerca do tema, que visem aprofundar os conhecimentos nos setores da agricultura familiar assistidos pelos programas de inclusão social do governo brasileiro.

O estudo foi realizado com 57 agricultores familiares. O estudo de caso foi realizado junto à ATRERON localizada no município de São Felipe D'Oeste – Rondônia, que receberam cursos de formação profissional e atividades de promoção social desenvolvidos pelo SENAR-RO no ano de 2012.

E desta forma, demonstrou-se que grande parte dos entrevistados estão inseridos no Programa de Inclusão Produtiva Rural, o que contribui para o aumento da produtividade auxiliando a melhoria da renda e na qualidade de vida, bem como a importante participação feminina no processo de inclusão social e complementação da renda familiar no campo.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico está dividido em 4 seções de maneira a apresentar a literatura pertinente ao tema do trabalho: Inclusão produtiva rural: conceito e políticas públicas; A promoção social e a agricultura familiar no Brasil; Gestão produtiva e agricultura familiar e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

### **2.1 INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL: CONCEITO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

A inclusão produtiva busca contribuir com ações de proteção e promoção social das famílias em situação de precariedade social. O PBSM e o Projeto Fome Zero, segundo Graziano da Silva (2012) são ações integradas de inclusão produtiva com iniciativas voltadas para os trabalhadores rurais, sendo necessário definir um público para terem metas realistas, e isso foi feito pelo IBGE, que, a partir da linha de pobreza definida pelo governo federal, fixou uma metodologia que revelou a existência de 16,2 milhões de pessoas como público alvo do programa.

O Projeto Fome Zero e o PBSM, explicita que as políticas voltadas à agricultura familiar passam também a ser valorizadas por sua capacidade de geração de trabalho e renda, promovendo a inclusão social de famílias que vivem no campo através do fortalecimento da economia solidária como forma de fomentar seu processo de autonomia, emancipação social e conquista de direitos de cidadania.

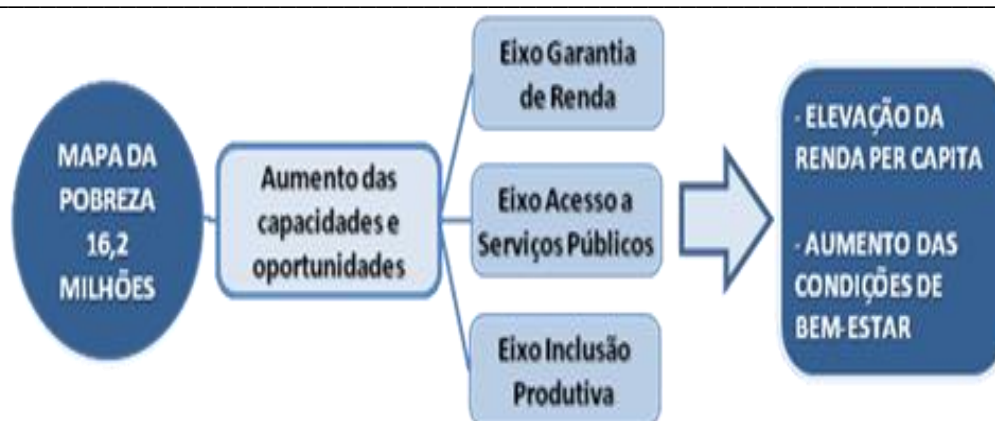


No Brasil, as políticas públicas destinadas ao atendimento da população em situação de pobreza, só passou a integrar o campo de direitos sociais após a Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, que estabelece no Art. 203, inciso III, que dentre os objetivos da assistência social está “a promoção da integração ao mercado de trabalho” e no Art. 204, parágrafo único “é facultado aos Estados e Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida”.

Schuhmann (2012) enfatiza que a linha de negociação de políticas públicas está voltada para a articulação do conjunto de políticas públicas a cargo de diferentes órgãos setoriais como ministérios, secretarias e agência em prol da agricultura familiar para fomentar esse segmento.

Sousa (2013) destaca que em 2011, o governo federal lançou novos programas sociais que pretendem elevar a renda e as condições de bem estar da população, dentre os quais cabe destacar o PBSM que surgiu com o objetivo de erradicar a miséria do país até 2014. O PBSM organiza-se em três eixos de atuação como mostra a figura 1: garantia de renda de proteção social; acesso aos serviços públicos de proteção e promoção social; e inclusão produtiva, sendo este o que apresenta maior diversidade de programas e atores vinculados ao plano.

**Figura 1: Eixos do Fome Zero**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2014

Ainda de acordo com Sousa (2013), o PBSM tinha um público alvo estimado em 15 milhões de pessoas para o ano de 2010, de acordo com dados preliminares do Censo

Demográfico de 2010, perfazendo 7,9% da população brasileira que subsistem com renda *per capita* mensal inferior a R\$ 70,00.

Nesse contexto e de acordo com dados do MDS (2013), o PBSM tem como objetivo promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, bem como aumentar a capacidade e oportunidade para as pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, por meio do aperfeiçoamento de políticas de transferência de renda como: o Programa Bolsa Família; ampliação do acesso e melhoria da qualidade dos serviços de proteção e promoção social; e ações de inclusão produtiva, que compreende inclusive a agricultura familiar.

A exemplo de política agrícola brasileira houve um marco importante com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que assegura aos pequenos agricultores a aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar, trazendo a segurança e o incentivo para o pequeno agricultor (CONAB, 2014).

No âmbito das políticas socioassistenciais a Emater em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), mantém o compromisso de promover a inclusão social, a garantia do acesso das pessoas em situação de vulnerabilidade com vistas a contribuir com a segurança de proteção social (EMATER-RO, 2010).

### **2.1.2 Cadastro Único**

Para Graziano da Silva (2012) é necessário caracterizar o público alvo, conhecê-lo para analisar os determinantes da persistência da inclusão, com isso definir como fazer para que as políticas públicas cheguem até essas famílias. Nesse contexto, o registro no Cadastro Único (CadÚnico), criado em 2001, é o principal instrumento na busca para unificar o processo de cadastramento das famílias consideradas pobres e extremamente pobres no Brasil, permitindo o diagnóstico socioeconômico e as características domiciliares e individuais com o objetivo de direcionar as políticas sociais conforme suas demandas. O cadastramento não significa a participação direta nos programas sociais. Por outro lado, para inserção em programas de transferência de renda é obrigatório (MDS, 2014).

De acordo com dados do MDS (2014), em dezembro de 2013, 27,2 milhões de famílias pobres integravam a base de dados do CadÚnico, o que corresponde a 85,1 milhões de brasileiros. Desse total, são identificadas 515.482 famílias de agricultores familiares. Em São Felipe D'Oeste em 2011 existiam 3.175 pessoas cadastradas.

As informações do CadÚnico também podem ser utilizadas pelos governos, estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades (Bianchini, 2011).

### 3 A PROMOÇÃO SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Em consonância com o Art. 203 da Constituição Federal, foi instituída legalmente em dezembro de 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) no que se refere à assistência social e a inclusão produtiva estabelecido em seu artigo 2º que é um dos objetivos da assistência social a promoção e a integração ao mercado de trabalho, e nos artigos 25º e 26º que tratam dos projetos de ações de enfrentamento da pobreza devem investir com a sociedade iniciativas que garanta através da capacidade produtiva uma elevada qualidade de vida.

O Sistema de Seguridade Social, de acordo com Castro *et al* (2010), inclui também ações que buscam a promoção social sob o princípio da equidade, de modo a possibilitar a equalização de oportunidades e resultados. Este mesmo autor define a promoção social como uma miríade de políticas de geração de emprego e renda, através da capacitação e qualificação juntamente com os programas de apoio ao pequeno agricultor e à agricultura familiar.

Com relação às características de possíveis beneficiários, Castro *et al* (2010) afirma que, dentro do leque de políticas públicas em vigor no campo da proteção social e na promoção social a população está estimada em mais de 16 milhões de famílias. Conforme o CadÚnico, mais de 6 milhões de trabalhadores atuam na agricultura familiar tornando-se público alvo para as políticas de fomento e crédito voltada para este setor que fica sob responsabilidade do MDA.

Para Veiga (2006), a promoção da agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural está finalmente entrando na agenda política do Brasil, pois apesar do atraso, as elites dirigentes vislumbram as vantagens de uma agricultura organizada, primordialmente por empresas de caráter familiar.

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada e engloba tanto as famílias que vivem em condições de extrema pobreza, quanto produtores inseridos na agricultura moderna. Nesse sentido, enquanto categoria social e produtiva, Silva (2012) afirma que a agricultura familiar assume proporções nada desprezíveis para a formulação de um projeto de desenvolvimento no país, pois, conforme dados do Censo Agropecuário de

2006, cerca de 90% dos 5.807 municípios tem na atividade agrícola a base de sua economia. O Censo Agropecuário de 2006 traz ainda dados relevantes com relação aos estabelecimentos rurais, onde existem 4.367.902 estabelecimentos denominados de agricultores familiares, o que representa 84,4% desses estabelecimentos brasileiros, os quais correspondem a 40% do valor bruto da produção agrícola. Os agricultores familiares ocupam uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

A partir do Projeto Fome Zero, a agricultura familiar passa a ser ainda mais reconhecida pelo papel que ocupa no abastecimento alimentar interno. Nesse contexto, Silva (2012) aponta dados que representam a importância da agricultura familiar para a economia brasileira, que segundos dados do IBGE em 2006 representa 70% da produção de alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Com o lançamento do PBSM, a caracterização dos agricultores abaixo da linha de pobreza é realizada por diferentes critérios de acordo com os objetivos de diferentes políticas públicas. Bianchini (2011) ao tratar do tema classifica o limite de renda *per capita* e ou por família valores em reais, em dólares e ou em salários mínimos. Para um Programa como Bolsa Família a renda é quantificada em R\$ 140,00 mensais *per capita*; para o PRONAF – grupo B, o critério é de R\$ 6.000,00/ano por família e para o PBSM o limite é de R\$ 70,00 *per capita*/mês, semelhante ao critério da FAO/ONU de U\$ 1,20 *per capita*/dia. Para outros programas e ou pesquisas que tratam da pobreza rural o critério é o salário mínimo (SM), que varia de 0,5 SM e ou 0,25 SM *per capita* para identificar famílias e ou pessoas em situação de pobreza.

### 3.1 GESTÃO PRODUTIVA E AGRICULTURA FAMILIAR

A grande maioria dos agricultores familiares tem ficado a margem do processo de inovação. Com a evolução da tecnologia e a busca por adquirir produtos com qualidade, fica evidente que o produtor rural precisa desenvolver uma forma de gestão administrativa com relação aos conhecimentos necessários para a tomada de decisão, pois se percebe segundo a literatura existente, que um dos maiores problemas e desafios enfrentados pelos agricultores familiares é a falta de organização de seus empreendimentos. Nesse contexto, Callado (2006) destaca que a maioria das atividades rurais se desenvolve de forma irregular durante o exercício, e a gestão rural enfrenta o desafio de atenuar as irregularidades naturais do curso

dos trabalhos, de forma a intensificar as atividades produtivas relacionadas, ou seja, beneficiamento dos produtos já colhidos, ou ainda reparando as benfeitorias da propriedade.

A Cartilha do Agricultor Familiar – Gestão do Sistema Produtivo da Fundação Banco do Brasil (2009), trás a definição de gestão como “um processo que envolve o planejamento, a organização, a direção, o controle e seus componentes básicos”.

Por meio de políticas públicas e programas voltados para a comercialização e conforme informações do MDA (2012) houve incentivos para agricultura familiar organizar sua base produtiva e melhorar a gestão de seus empreendimentos, que visam sua inserção nos mercados institucionais e privados.

Na percepção de Oliveira (2013), essas práticas de gestão trouxeram para o meio rural ferramentas que possibilitam compreender como o mercado se comporta inovando no empreendedorismo.

No que se refere às atividades gerenciais, Crepaldi (1988) apud Callado (2006, p. 5) afirma que “a tarefa de gerar informações gerenciais que permitam a tomada de decisão com base em dados consistentes e reais, é uma dificuldade constante para os produtores rurais”.

Batalha, Buainain e Souza Filho (2014) enfatizam que os grandes desafios gerenciais da agricultura familiar situam-se em dois níveis de atuação, sendo: gestão de sistema e da propriedade. O primeiro nível de atuação diz respeito à necessidade de desenvolver capacidade e ferramentas para abordar as relações sistêmicas dos agricultores familiares com os outros agentes das cadeias agroindustriais. O segundo nível está relacionado à gestão individual das propriedades onde envolve a ineficácia das ferramentas gerenciais existentes à realidade da agricultura familiar.

Diante do exposto e ainda na visão dos autores supra citados, o principal problema dos agricultores familiares não se encontra nas técnicas agropecuárias, mas sim dentro da realidade de cada produtor rural. Os problemas se encontram principalmente na compreensão do funcionamento dos mercados, que impõe articulações de segmento pré e pós-porteira como forma de negociação e prática de gestão no processo produtivo.

Por outro lado, Santos (2001) afirma que a agricultura familiar possui característica do exercício da cidadania, onde todos possuem papéis e funções, bem como participação nas decisões e resultados. Nesse contexto, a agricultura familiar fundamenta-se na prática da cooperação, com a utilização da produção coletiva, valorização dos membros do grupo familiar e construção das relações sociais dos indivíduos envolvidos.

Abrantes (2004, p. 87) declara que a união de pequenos empreendedores, especialmente na área agrícola, apresenta uma série de vantagens como aumento da

produtividade, redução dos custos, produção em escala, facilidade na comercialização, melhores preços na compra e venda conjunta, troca de informações, aumento do convívio social e fortalecimento da cidadania.

Para Batalha *et al* (2005) o Brasil, apesar de possuir um alto grau de especialização, tecnologia e método avançados voltados para a produção agrícola, conta com grandes contrastes, pois, se, por um lado, grandes produtores utilizam alto grau de tecnologia, por outro, temos pequenos produtores ainda com métodos artesanais.

#### 4 O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR

O SENAR foi criado pela Lei 8.315 de 23/12/1991 com a finalidade de organizar, administrar e executar, em todo o país, o ensino da formação profissional e a promoção social de homens e mulheres, que desempenhem atividades no meio rural, integrando-os na sociedade e proporcionar a eles oportunidades. É uma instituição de direito privado paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), tendo como principais parceiros os sindicatos rurais que juntos ganham força para uma atuação com qualidade.

O SENAR possui uma administração central em Brasília e 27 administradores regionais, sendo um para cada estado brasileiro. As administrações regionais são os órgãos de execução das ações de formação profissional rural e atividades de promoção social descentralizadas, e que se baseia em ações, princípios e diretrizes estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), nas políticas do Centro Internacional de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional (CINTERFOR), políticas dos Ministérios do Trabalho e da Agricultura e nas diretrizes emanadas do CNA e suas federações vinculadas.

O SENAR compõe o “Sistema S” e tem como missão desenvolver ações de formação profissional rural, bem como atividades de promoção social voltadas às pessoas do meio rural, contribuindo para sua formação profissional, integrando-o na sociedade com melhoria na qualidade de vida e pleno exercício da cidadania tendo uma preocupação em não apenas qualificar tecnicamente o trabalhador e o produtor rural, mas sim em conscientizar sobre a responsabilidade social e o sentimento de cidadania.

O “Sistema S”, de acordo com dados da Controladoria Geral da União (2009), é composto por onze entidades que prestam nas áreas da indústria, comércio, agricultura,

transporte, cooperativismo e empresarial. São elas: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Social do Transporte (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), Agência de Promoção de Exportações (APEX) e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

A instituição conta com uma equipe técnica multidisciplinar, responsáveis pela condução dos trabalhos e com equipe técnica de instrutores, previamente treinados de forma a proporcionar e assegurar um modelo de ensino padrão, ideal ao processo de aquisição de conhecimentos por parte dos trabalhadores e produtores rurais e familiares.

#### 4.1 O SENAR RONDÔNIA

Conforme dados do SENAR-RO, Rondônia disponibiliza 55 cursos de formação profissional rural e 21 cursos de promoção social.

As ações de formação profissional rural oferecida pelo SENAR-RO consistem num processo educativo, participativo e sistematizado que capacitam profissionais para o mercado de trabalho rural, possibilitando ao produtor e ao trabalhador rural adquirir conhecimentos, habilidades e condições técnicas, bem como a interação com o processo de produção e que sejam capazes de solucionar possíveis problemas com criatividade e eficiência. Essas ações de ocupação estão estruturadas em sete linhas de ação: agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, agroindústria, atividades de apoio agrossilvopastoril e atividades relativas à prestação de serviços.

As atividades de promoção social envolvem um processo educativo, com planejamento de execução, acompanhamento, avaliação e controle, visando o desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais do produtor rural e de sua família, dando-lhes autoconfiança necessária na busca de melhor qualidade de vida. Tais atividades estão agrupadas em cinco linhas de ação: alimentação e nutrição, artesanato, educação, apoio serviços comunitários e saúde.

Os eventos são realizados em locais que atendam as necessidades mínimas como espaço físico, mobiliário, equipamentos e utensílios, para que o processo ensino

aprendizagem apresente bons resultados. As turmas são selecionadas previamente por um mobilizador de acordo com pré-requisitos estabelecidos.

Ao concluir o treinamento, o instrutor emite relatório constando conteúdo programático desenvolvido e relação dos participantes aprovados. Os referidos dados são compilados e arquivados pela instituição no Relatório de Emissão de Certificados.

## **5 METODOLOGIA**

Este trabalho consiste numa pesquisa descritiva, pautada nas observações de autores em livros e em artigos publicados, bem como pronunciamentos divulgados por órgãos governamentais que proporcionou aprofundamento e ampliação dos conhecimentos acerca do tema estudado.

Foi utilizado o método de estudo de caso onde foi aplicado um questionário semiestruturado com questões direcionadas ao público alvo dos programas de inclusão produtiva rural.

Pertinente ao universo da pesquisa, a unidade de análise foram os agricultores familiares do município de São Felipe D'Oeste, no caso deste artigo, delimitou-se aos 73 agricultores familiares associados a ATRERON, sendo realizada a pesquisa somente com 57 agricultores pela facilidade de encontrá-los na Casa do Agricultor de São Felipe D'Oeste. Local este utilizado como local de entrega dos produtos produzidos pelos agricultores cadastrados no PAA. Os demais não foram localizados pela dificuldade de acesso.

O tratamento dos dados foi feita pela técnica de análise de conteúdo, evidenciando a contribuição dos projetos de inclusão produtiva rural como oportunidade de geração de renda aos agricultores familiares.

Por fim, os projetos e programas de inclusão produtiva como os de qualificação profissional oferecidos pelo SENAR, PAA e o Programa Economia Solidária, lançado em 2004, que na concepção do Fome Zero tem por finalidade promover o fortalecimento da economia solidária mediante políticas integradas, que visam o desenvolvimento por meio da geração de renda e inclusão social.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados e a análise dos dados da pesquisa foram elaborados com base nas respostas do questionário e na pesquisa documental, e agrupada da seguinte forma:



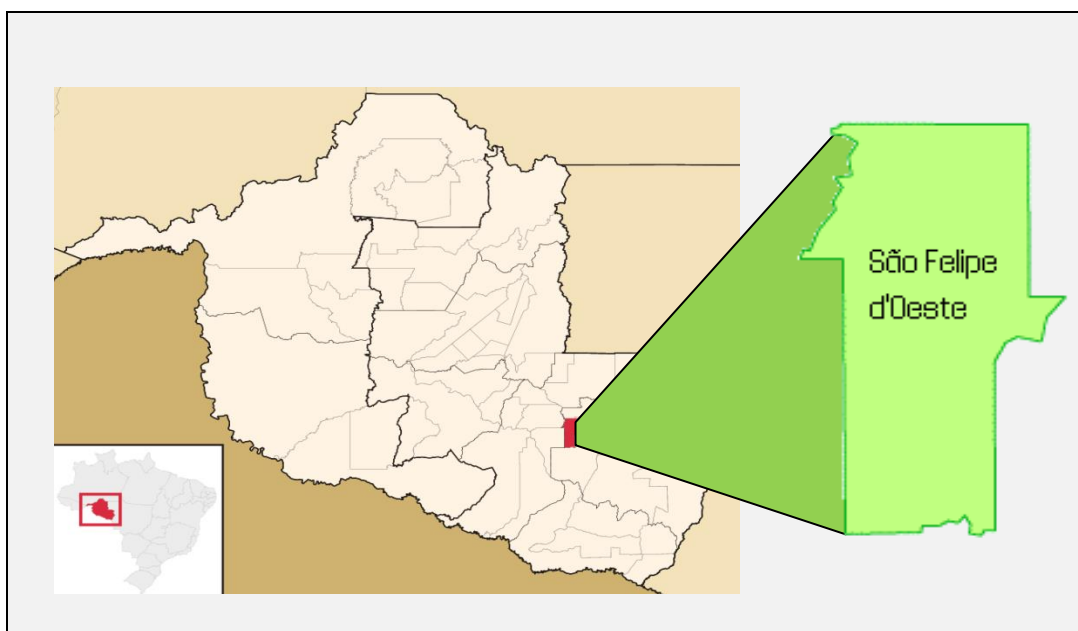
caracterização do município de São Felipe D'Oeste; caracterização dos agricultores familiares pesquisados: aspectos socioeconômicos, gestão produtiva e contribuição na inclusão produtiva rural e na promoção social.

No contexto das políticas sociais, o Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito a uma alimentação adequada aos necessitados, promovendo a segurança alimentar e nutricional, na busca da inclusão social da população mais vulnerável à fome. Tal estratégia contribui para a erradicação da pobreza.

O Fome Zero também apresenta alguns programas de proteção e promoção social. No que se refere a geração de renda, existem o Programa Economia Solidária, Microcrédito Orientado e Qualificação social e profissional. No que se refere ao fortalecimento da agricultura familiar existem vários programas tendo como destaque o PRONAF e o PAA.

## 6.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE

**Figura 2 – Mapa do Brasil, Rondônia e São Felipe D'Oeste**



Fonte: IBGE (2014)

O Município de São Felipe D'Oeste surgiu de uma invasão de terras na Fazenda São Felipe, na década de 80, e após muitos conflitos ocorreu a desapropriação através do Decreto n. 88.769, de 27 de setembro de 1983, assinado pelo Presidente da República João Baptista Figueiredo, que declarou a área de interesse social.

Conforme dados da Prefeitura Municipal, São Felipe D'Oeste possui uma população de aproximadamente de 6.412 habitantes sendo 3.288 do sexo masculino e 3.124 do sexo feminino, ocupando uma área de 541,647 Km<sup>2</sup>. Está situado na região Centro-Sul do Estado.

Sob a égide do MDS (2014), em conjunto com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), os serviços socioassistenciais promovidos pelo governo federal em todo o Brasil objetiva contribuir no enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, que disponibiliza por meio da assistência social ações que visam a inserção dos usuários mapeados e registrados no CadÚnico, mais especificamente os cadastrados no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Bolsa Família como mostra a tabela 1.

**Tabela 1 – Dados econômicos e repasses do governo federal ao município de São Felipe D'Oeste.**

Atividades Econômicas	2008	2009	2010	2011
PIB Municipal (IBGE)	70.030.440,00	71.718.968,00	0,00	0,00
Receitas Municipais Próprias	8.707.689,91	8.759.638,96	0,00	0,00
Receitas Cota Parte dos Municípios (Tesouro Nacional/FPM)	2.902.116,54	2.696.472,26	2.903.279,94	3.530.096,86
Transferências Federais para Cidadãos	1.356.826,10	1.591.402,79	1.738.408,38	1.075.228,54
BPC e Bolsa Família (MDS)	757.479,00	820.692,37	923.444,35	1.075.228,54
Aposentadorias e Pensões (INSS)	599.347,10	770.710,42	814.964,03	-

Fonte: MDS (2014)

## 6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES PESQUISADOS: PERFIL SOCIOECONÔMICO

O levantamento socioeconômico realizado com os agricultores familiares associados à ATRERON identificou o perfil dos associados pesquisados, destacando aspectos como idade, escolaridade, gênero e renda familiar, apresentados na tabela 2.

Com relação a faixa etária dos entrevistados, observa-se que do total de pessoas que compõem as famílias, 40% estão entre 32 e 47 anos, indivíduos em plena força de trabalho, sendo acima de 65 anos apenas 5% apresentados na tabela 2.

O baixo nível de escolaridade pode ser observado na agricultura familiar, evidenciando assim um menor desenvolvimento econômico e social, a exemplo dos 79% que não cursaram o ensino fundamental completo e somente 17% o completaram. Dentre os

motivos, destaca-se a evasão escolar, falta de condições financeiras, bem como a priorização do trabalho rural e do sustento da família apresentados na tabela 2.

**Tabela 2 – Identificação socioeconômico dos agricultores familiares pesquisados**

Idade		Escolaridade		Sexo		Renda Familiar	
De 18 a 31 anos	18%	Analfabeto	2%	Masc.	56%	Até 1 salário mínimo	53%
De 32 a 47 anos	40%	Ensino Fundamental Completo	17%			De 1 a 2 salários mínimos	33%
De 48 a 65 anos	37%	Ensino Fundamental Incompleto	79%	Fem.	44 %	De 2 a 3 salários mínimos	12%
Acima de 65 anos	5 %	Ensino Superior	2%			De 3 a 4 salários mínimos	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Dos 57 agricultores entrevistados, 56% são homens e 44% são mulheres. Esse resultado reflete a importância do espaço rural ocupado por mulheres agricultoras que contribuem na atividade agrícola familiar, a exemplo dos cursos oferecidos pelo SENAR-RO de panificação, corte e costura – peças íntimas, doces, geleias e compotas e doces e salgados.

O desenvolvimento de atividades não agrícolas está possibilitando alternativas de renda para as famílias que tinha somente na agricultura a sua base de sustento. Diferentes estudos, diagnósticos e levantamentos têm apontados informações sobre as ações coletivas de mulheres rurais com foco na produção e comercialização. Nesse sentido, Andrea Butto, Diretora de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas, vinculada ao MDA, enfatiza que as trabalhadoras rurais estão ocupando espaço significativo na gestão, seja na unidade de produção familiar, seja nas organizações coletivas.

Butto (2010) descreve ainda, que os movimentos sociais de mulheres e sua auto-organização foram capazes de transformar relações na família, garantir sua participação em organizações mistas e impulsionar o Estado a elaborar políticas voltadas para promoção da sua autonomia econômica. Como consequência desses movimentos Butto (2014) cita a dupla titularidade da terra e da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que garantiu o direito das mulheres em serem protagonistas e beneficiárias diretas em diferentes políticas, dentre elas, as de inclusão produtiva (Crédito, Ater, programa de Aquisição de Alimentos e outros).

Quando questionados sobre a renda familiar, mais da metade dos entrevistados (53%) responderam ser de até 01 SM. Por outro lado, se faz necessário evidenciar que 33% dos entrevistados possuem renda de 01 a 02 SM, destacando para esse dado a inclusão dos benefícios governamentais como fonte de renda.

De acordo com dados do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – PROATER (2010), Rondônia tem no setor primário, em especial na agricultura familiar, sua base produtiva, sendo essa, responsável pela maior parcela de alimentos básicos, além de frutas, hortaliças e espécie perenes como café, cacau, guaraná, entre outros, como apresentado na tabela 3.

**Tabela 3 – Identificação socioeconômico dos agricultores familiares da ATRERON**

Atividade Produtiva Rural		Destinação Principal da Produção		Fonte de Renda		Situação Fundiária	
Leite	12%	Subsistência	35%	Totalmente da propriedade	68%	Proprietário	81%
Frutas	34%			Maior parte da propriedade	30%	Arrendatário	5%
Grãos	16%	Comercial	46%	Maior parte de outras atividades	2%	Meeiro	2%
Peixe	3%					Outros	12%
Hortaliças	29%	Ambos	17%				
Outros	6%	Não respondeu	2%				

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A produção de frutas e hortaliças está concentrada principalmente em pequenas propriedades, com predominância do trabalho familiar. Isto justifica a grande porcentagem das atividades desenvolvidas pelos associados da ATRERON, onde 63% dos entrevistados tem na agricultura sua maior fonte de renda, destacando 34% para frutas e 29% para hortaliças, e somente 12% dos entrevistados exercem atividades pecuárias, com predominância da produção leiteira. Deve-se ressaltar que, embora 35% afirmaram que exercem a agricultura de subsistência e comercializam o excedente. Por outro lado, 46% dos entrevistados destinam sua produção totalmente para a comercialização.

Outro aspecto importante diz respeito aos 81% dos entrevistados serem proprietários de suas áreas rurais. Desse total, 68% responderam que a renda familiar é oriunda totalmente das atividades exercidas na sua propriedade e 18% complementam a renda familiar através de benefícios como aposentadorias ou pensões.

#### 6.4 A CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO PRODUTIVA RURAL FAMILIA

Em 2014 as ações de extensão rural no Brasil completam 66 anos. Todo esse período foi de dedicação ao desenvolvimento da agricultura, principalmente dos estabelecimentos familiares. Em Rondônia o serviço de extensão rural foi criado em 1971 e tem experimentado,

ao longo de sua existência, desafios enormes e superados todos eles, contribuindo para o desenvolvimento do estado (EMATER, 2010). Nesse contexto, Seixas (2014) destaca que o sistema de extensão rural conquistou os produtores, e, isso se configura nas respostas de 33 entrevistados que predominou a apreciação positiva sobre o serviço de extensão rural prestado pela Emater-RO. Os mesmos relataram ainda que este serviço é de suma importância para o desenvolvimento de suas atividades produtivas rurais principalmente quando necessitam de orientação técnica.

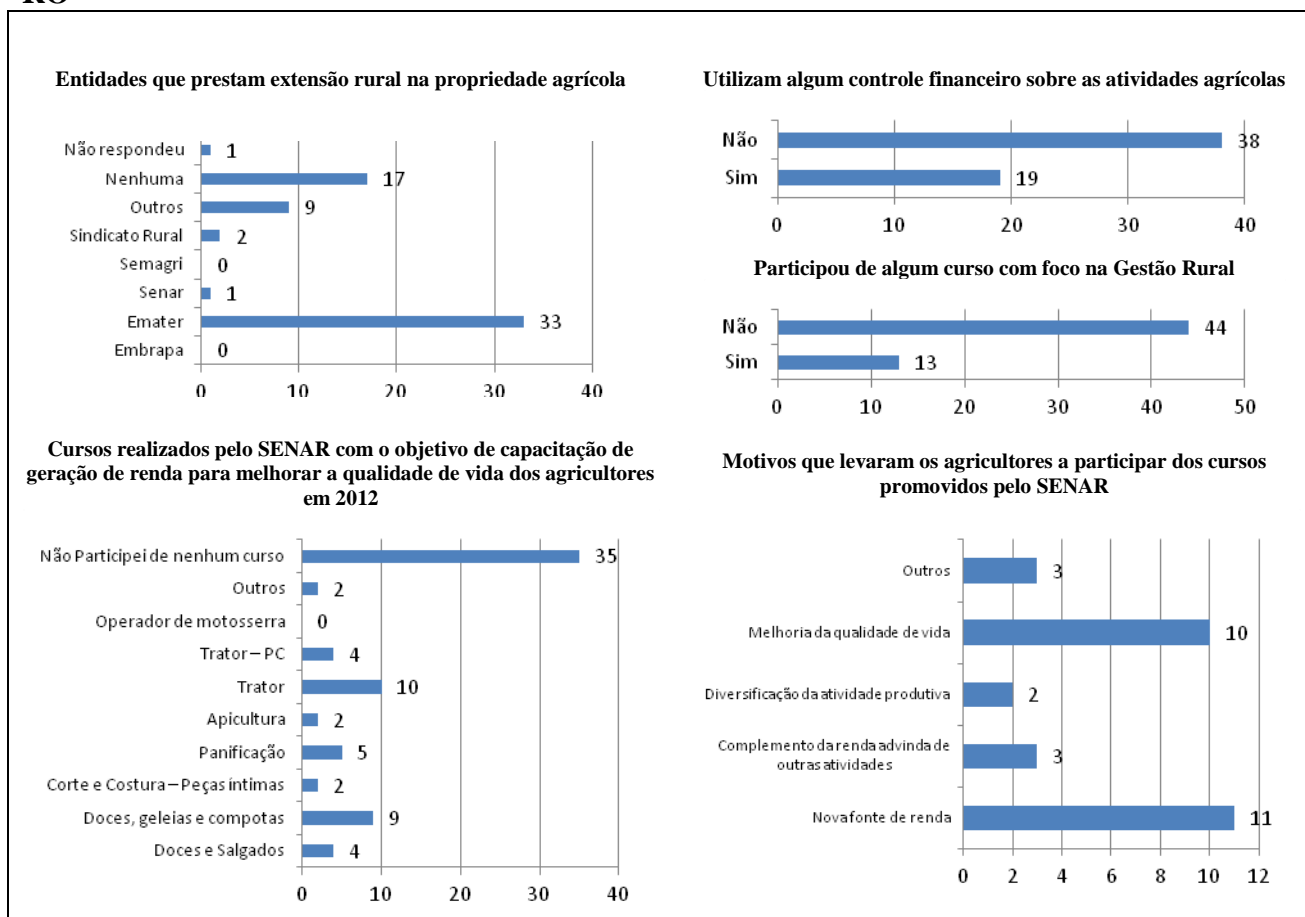
Segundo Crepaldi (2009), todas as atividades rurais devem ter um controle financeiro que impacta nas reais condições administrativas, sendo que muitos destes agricultores não anotam os acontecimentos de suma importância para a contabilização. Muitos desses agricultores reconhecem a necessidade da contabilidade, mas quando questionados se possuíam algum controle financeiro, apenas 19 agricultores utilizam o livro caixa; outros entendem que controle financeiro é apenas guardar dinheiro no banco (poupança). Os 38 restantes nunca aplicaram nenhuma ferramenta de controle e a maior justificativa apontada por eles é a baixa produção não havendo necessidade de registros contábeis, ou em alguns casos, por puro comodismo, pois os mesmos tem consciência e conhecimento da necessidade deste controle como evidencia a figura 3.

Nesse sentido, Oliveira (2013) ressalta a importância dos cursos de gestão rural promovidos pelo Sistema “S” que tem como objetivo a qualificação e orientação aos produtores rurais na administração e planejamento para que eles possam ter um melhor controle sobre suas despesas, aplicar esses conhecimentos para melhorar seus ganhos e agregar valor aos seus produtos. Diante do exposto, o que se percebe é que a maioria dos agricultores familiares não possuem visão empreendedora, planejamento e administração, pois somente 13 fizeram algum curso com foco na gestão, sendo importante ressaltar que todos que cursaram implementaram mudanças na sua forma de administrar a propriedade. Os 44 restantes alegaram falta de oportunidade e/ou tempo para realizarem tais cursos, mas ficou evidente que existe uma falta de interesse dos mesmos.

No que concerne os cursos ofertados pelo SENAR-RO, e tendo em vista o relato dos entrevistados, percebe-se que inúmeros motivos conduziram a sua participação nos cursos de capacitação e geração de renda. Dentre os principais encontra-se a procura por uma oportunidade de nova geração de renda, bem como a melhoria na qualidade de vida conforme evidenciado na figura 3. Sendo importante observar que do total de 25 mulheres que correspondem a 44% das entrevistadas, 20 delas participaram de algum curso de capacitação

com foco na geração de renda, estando elas preocupadas com a melhoria econômica familiar e oportunidade de valorização dos produtos por elas produzidos.

**Figura 3 – Meios utilizados na gestão produtiva rural e cursos realizados pelo SENAR-RO**



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

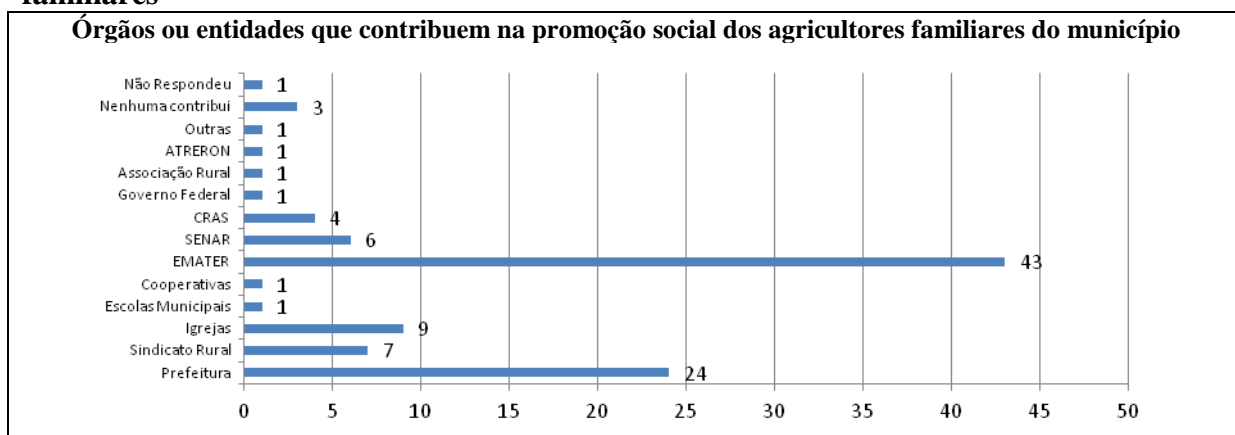
## 6.5 A PROMOÇÃO SOCIAL RURAL NA PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA ATRERON

Considerando o Programa de Inclusão Produtiva Rural, criado pelo Governo Federal através do PBSM em maio de 2011, e que tem como objetivo aumentar a capacidade produtiva fortalecendo as famílias agricultoras consideradas extremamente pobres, a proposta deste estudo foi evidenciar a contribuição da inclusão no mercado de trabalho onde a seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa segundo a percepção dos agricultores familiares da ATRERON, no município de São Felipe D'Oeste – Rondônia.

## A contribuição das entidades associativas e de assistência na promoção social dos agricultores

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é o lugar que possibilita, em geral, o primeiro acesso das famílias aos direitos socioassistenciais e, portanto à proteção social (MDS, 2014). No que concerne às políticas educativas e os cursos de inclusão produtiva, tanto o CRAS como o SENAR tem uma função importante, tendo em vista que eles podem propiciar a geração de renda e até mesmo a inserção no mercado de trabalho aos participantes através dos cursos por eles proporcionados. Contudo, foi observado que perante aos associados da ATRERON, o CRAS apresentou pouca contribuição em suas ações com os agricultores familiares visto que somente 4 dos entrevistados receberam esta ação social, bem como o SENAR-RO citado apenas por 6 agricultores familiares pesquisados como mostra a figura 4.

**Figura 4 - Órgãos ou Entidades que contribuem na promoção social dos agricultores familiares**

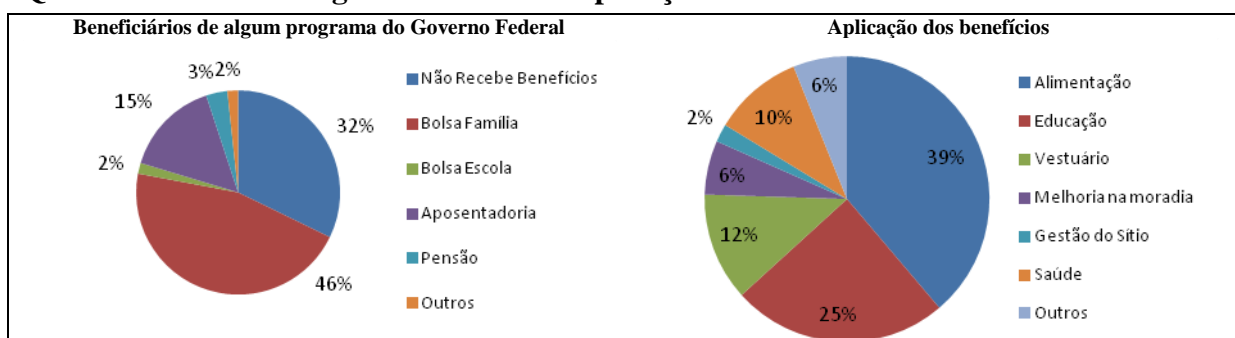


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

As intervenções e ações desenvolvidas pelo Projeto Ação Social e Cidadania e em consonância com a Política de Assistência Social (PNAS), a Emater-RO mantém o compromisso de promover a inclusão social e a garantia de direitos as pessoas em situação de vulnerabilidade social (EMATER-RO, 2010). Nesse sentido, o estudo mostrou a importância das políticas no âmbito social implementadas no processo de inclusão social, pois mais de 2/3 dos entrevistados acreditam que através destas políticas assistencialistas a Emater-RO possa reduzir as desigualdades sociais como apresenta a figura 4..

Com o objetivo de combater a pobreza, o governo federal por meio de políticas públicas de transferência de renda conta com o apoio do Programa Bolsa Família que está sob a égide do MDS. Segundo o Professor Sérgio Schneider (2014) o Bolsa Família nos últimos anos contribui com a melhoria de renda, sendo uma das políticas que contribuíram com a renda dos agricultores familiares. Neste sentido, o estudo mostrou a importância do Bolsa Família para os agricultores familiares pesquisados, sendo que 46% que receberam o auxílio utilizam na qualidade da alimentação (39%) e educação (25%) dos filhos e netos como apresenta o quadro 1, sendo importante ressaltar que 35% deles praticam a agricultura de subsistência.

**Quadro 1 – Benefícios governamentais e aplicação dos benefícios recebidos**

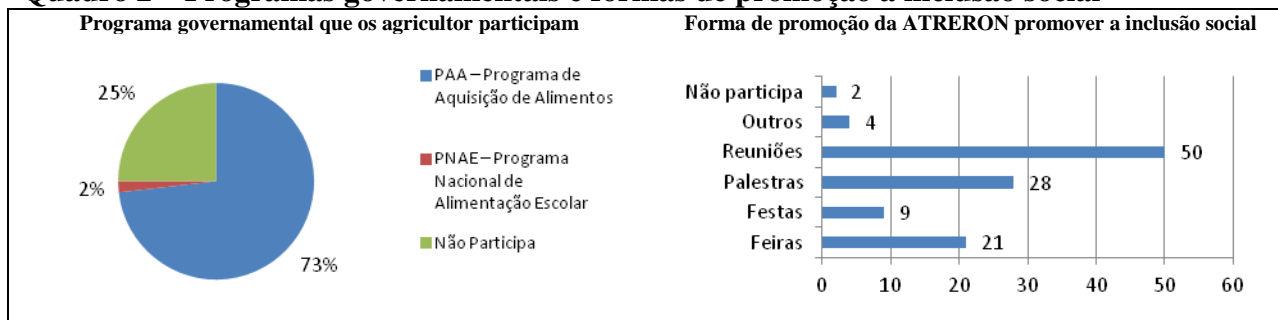


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

## 6.6 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA E A INCLUSÃO SOCIAL

O PAA é um instrumento de política pública, cujo objetivo é assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, dando-lhes confiança para produzir mais e melhor, com um mercado certo, gerando renda e promovendo a inclusão social no campo. Para 73% dos associados da ATRERON como mostra o quadro 2,

**Quadro 2 – Programas governamentais e formas de promoção à inclusão social**



Fonte: Dados da pesquisa, 2014



O PAA trouxe mudanças significativas em suas vidas, devido a facilidade de comercialização e consequentemente aumento de sua renda. Com o aumento do consumo e melhora na comercialização houve a necessidade de produzir mais. Com a aquisição de alimentos diretamente do agricultor familiar ou por meio de associações/cooperativas com dispensa de licitação, a comercialização dos produtos é feita diretamente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), sem intermediários e com preço compensador (CONAB, 2014).

#### **6.7 A INCLUSÃO SOCIAL PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GRUPO DE MULHERES NA ATRERON**

No que diz respeito à participação feminina das agricultoras no PAA, destaca-se a produção de alimentos caseiros, a exemplo de pão, bolo, doce e pamonha para a entrega direta nas entidades assistenciais, comunidades religiosas e escolas de educação infantil e de ensino fundamental, cadastradas. Ressalta-se que tal iniciativa vem contribuindo na complementação da renda familiar e, por conseguinte, na melhoria da saúde e educação dos filhos em idade escolar. No que tange à contribuição da ATRERON na inclusão social dos agricultores, o estudo mostrou que a entidade vem promovendo a inclusão social de quase 100% de seus associados evidenciados no quadro 2, por meio de reuniões, palestras e feiras que os estimulam a ampliar sua produção bem como a busca de eventos que promovam e divulguem seus produtos, estimulando o associativismo entre seus participantes.

No que concerne ao associativismo, o estudo destaca iniciativas empreendedoras em seus participantes, ações essas estimuladas pelos cursos promovidos naquela entidade, ocorrendo a transformação a partir da melhoria das condições de vida, trabalho, estudo, lazer, cultura e também na comunidade (SENAR, 2011).

##### **6.7.1 O “Projeto Palha de Milho”**

No Brasil houve um aumento notável no crescimento dos empreendimentos nos últimos anos. Em relação às mulheres, nota-se uma inserção maior nesses empreendimentos. Nesse sentido em São Felipe D’Oeste há um destaque no associativismo em conjunto com a economia solidária, pois, apresenta um grande número de empreendimentos com destaque a participação de mulheres que vem resgatando alternativas que viabilizem o combate ao

desemprego, inserção no mercado de trabalho como artesãs, com possibilidade do aumento da renda, fortalecendo o orçamento familiar.

Partindo disso, um grupo se destaca no município. Desde 2003, existe um projeto denominado “Palha de Milho”, composto por mulheres agricultoras de duas associações: a ATRERON, onde foi realizada esta pesquisa e a Associação das Trabalhadoras Rurais de Rondônia (APARON), que consiste numa atividade ecologicamente correta por não agredir o meio ambiente. Suas atividades estão na produção e comercialização de diversos ramos como alimentação (sorvete de mandioca com banana), oficina de costura, artesanatos criados com a reciclagem da palha do milho e da fibra da bananeira, sendo estes subprodutos da agricultura local, como chaveiro de palhas, confecção de bolsas com garrafas pet, bonecas de palha de milho, chapéu de palha, baú de palha de milho e fibra de bananeira, entre outros como apresentados na figura 5.

**Figura 5 - Projeto “Palha de Milho”**



Fonte: EMATER-RO (2008)

As feiras livres são eventos que acontecem em espaços públicos e que fazem parte da história do abastecimento agroalimentar brasileiro e inserem-se nas cidades sempre no mesmo local, em dias da semana determinados, oferecendo ao pequeno agricultor a oportunidade de comercializar a sua produção e o excedente para sua subsistência auxiliando desta forma sua independência socioeconômica (ROTEIRO DE IMPLANTAÇÃO, 2007). O quadro 3 evidencia as atividades praticadas pelos associados da ATRERON.

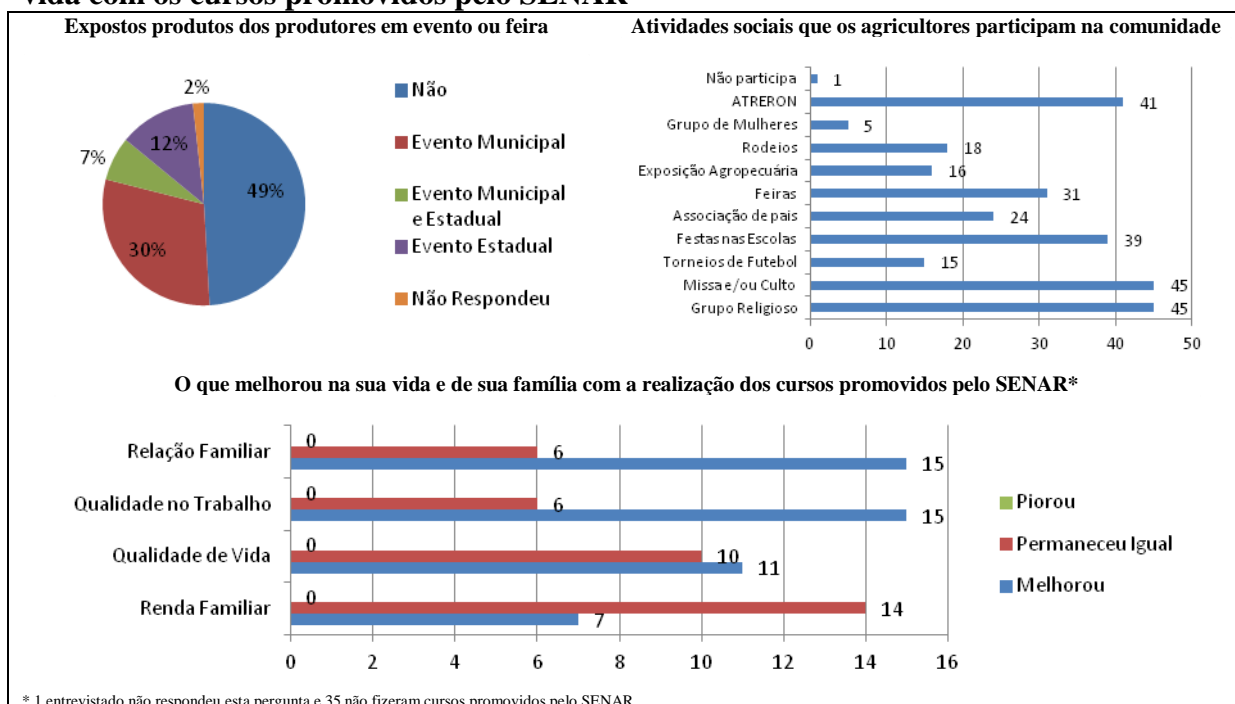
Essa realidade ficou evidente com o relato dos pesquisados, pois 49% que participam desses eventos, seja no município, seja em cidades vizinhas, relataram que participam das feiras, tendo estas como atrativo a rápida comercialização dos produtos, aumentando a renda e fortalecendo o convívio social entre produtores e consumidores.

Os outros 49% informaram que não participam de feiras agrícolas e/ou feiras livres, devido sua produção ser pequena, e em alguns casos por falta de transportes para levar os

produtos até nos locais das feiras, bem como dificuldade de transportes nas estradas de acesso as suas propriedades.

No que se refere as atividades sociais que os pesquisados participam ficou evidente que a inclusão social também é fortalecida por festas escolares, associações de pais e professores e torneios de futebol, sendo estes a preferência para a maioria dos entrevistados nos seus momentos de lazer.

### Quadro 3 – Produtos expostos em feiras, atividades sociais e melhoria na qualidade de vida com os cursos promovidos pelo SENAR



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

O associativismo religioso também tem papel fundamental na inclusão social dos agricultores familiares pesquisados, onde através do encontro de pessoas em cultos e missas fortalece o convívio social ao mesmo tempo em que difunde valores e ideias de bom comportamento, desenvolvendo atividades de filantropia trabalhando para a inserção dos excluídos da sociedade. Observou-se na pesquisa que há uma predominância de atividades sociais de caráter religioso, pois 45 entrevistados relataram participar de cultos e missas, sendo os mesmos participantes de grupos religiosos, o que vem de encontro com Abrantes (2004) que define associativismo como sendo a integração de um grupo de pessoas que congregam interesses comuns sem relação econômica e financeira.

Por fim, no que tange a promoção social dos agricultores familiares pesquisados constatou-se que a participação nos cursos promovidos pelo SENAR-RO trouxe para 38 dos

entrevistados, como descrito no quadro 3, uma melhoria da renda familiar, seja diretamente no salário, bem como na redução em custos de produção, pois as técnicas aprendidas nestes cursos contribuíram para melhorar a qualidade do trabalho, levando a melhora no relacionamento familiar e consequentemente aumentando a qualidade de vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo revelou pontos positivos no que tange aos resultados no processo de capacitação dos trabalhadores e produtores rurais, por meio de ações educativas voltadas para a profissionalização rural e para a promoção social com importante participação do SENAR-RO como entidade parceira no processo de inclusão produtiva feminina, contribuindo na inclusão social dos associados.

No que se refere a fome e a pobreza percebe-se que fazem parte de um processo histórico no Brasil. No entanto, com a criação de MDS em 2004, houve a integração das políticas públicas envolvendo três grandes eixos do PBSM, que são: garantia de renda, acesso a serviços públicos de proteção e promoção social e inclusão produtiva na busca da elevação da renda *per capita* e aumento das condições de bem-estar.

Visando contribuir para a emancipação das pessoas em situação de miséria e insegurança alimentar, as ações de geração de renda e qualificação profissional vem sendo implementada, sobretudo, por meio do Fome Zero, estratégia que o governo federal utiliza como instrumento para reduzir às desigualdades sociais através de programas e projetos de diversos órgãos.

No fortalecimento da agricultura familiar, o estudo comprovou a importância do PAA em promover a diversificação produtiva, desta forma, interferindo positivamente nas questões econômicas e de inclusão produtiva e social no combate à pobreza aos agricultores familiares da ATRERON, assegurando a aquisição de sua produção com facilidade de comercialização, resultando em rápido aumento da renda familiar.

Observou-se com grande destaque a participação feminina nas atividades da ATRERON, pois estas possuem participação ativa no PAA atuando na produção e distribuição da produção agrícola, bem como nas atividades complementares, onde destaca-se a produção de alimentos caseiros; criando assim, uma nova alternativa de inclusão social rural e de oportunidade de trabalho por meio da economia solidária.

Na diversidade de produtos existente no município, os resultados das ações voltadas para a segurança alimentar, geração de renda e a inclusão social, essas mulheres com o seu trabalho contribuem na autonomia econômica tendo uma participação cada vez mais ativa. Essas agricultoras cidadãs produzem e beneficiam os alimentos, os transformando em arte, papel este reafirmando na solidariedade, no combate as desigualdades nos movimentos sociais.

Desta forma, como conclusão final desta esta pesquisa, o estudo revelou que o Projeto “Palha de Milho”, onde as agricultoras confeccionam peças artesanais a partir da palha do milho e da fibra da bananeira, materiais estes biodegradáveis, evidenciando a responsabilidade socioambiental, numa parceria de conscientização ecológica entre agricultoras e consumidores. A ATRERON participou no Rio de Janeiro em 2008, da V Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária intitulada “Brasil Rural Contemporâneo”, onde o MDA promoveu o encontro de Grupos Produtivos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MDA, 2008). Este grupo tem alcançado um resultado positivo, pois muitas dessas agricultoras estão atuando nessas atividades, sendo inseridas no mercado de trabalho, aumentando sua renda e fortalecendo o orçamento familiar.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Artesanato**: São Felipe D'Oeste: Rondônia. Brasil. Porto Velho: EMATER, 2008.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meireles de. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. Disponível em: <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Tecnologia%20de%20Gest%C3%A3o%20e%20Agricultura%20Familiar.pdf>. Acesso em: 14 de. 2014.

BIANCHINI, Valter. O Programa Brasil Sem Miséria e a agricultura familiar. Boletim eletrônico, 2011. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Brasil%20Sem%20Mis%C3%A9ria.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2014.

BRASIL. **Bolsa Família influi no aumento da renda na zona rural.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2006/setembro/bolsa-familia-influi-no-aumento-da-renda-na-zona-rural>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BRASIL. **Chamada pública SAF/ATER n. 06/2012.** Disponível em: [http://portal.mda.gov.br/portal/arquivos/view/chamada\\_p%C3%BAblica\\_006\\_2012.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/arquivos/view/chamada_p%C3%BAblica_006_2012.pdf). Acesso em: 14 fev. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 34. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL. Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – PROATER, 2010. Disponível em: <http://www.emater-ro.com.br/arquivos/PROATER2010.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Extrema pobreza faz parte da vida de moradores rurais.** FUNASA 2013. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/extrema-pobreza-faz-parte-da-vida-de-moradores-rurais/>. Acesso em: 01 dez. 2013.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **SANEAMENTO RURAL.** População rural em extrema pobreza. FUNASA, 2013. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/engenharia-de-saude-publica-2/saneamento-rural/>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm). Acesso em: 20 jan. 2014.

BRASIL. Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 08 de fev. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **A agricultura familiar alimenta o Brasil que cresce.** Disponível em: [http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?item\\_id=14409162](http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=14409162). Acesso em: 22 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006.** Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cobertura especial: Brasil Rural Contemporâneo**. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/aegre/index.php?ctuid=19405&scid=622>. Acesso em 22 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório de gestão do exercício de 2012**. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user\\_img\\_195/RG\\_2012\\_-\\_SDMDA.pdf](http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_img_195/RG_2012_-_SDMDA.pdf). Acesso em: 19 jan. 2014. Acesso em: 06 jul. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **BPC no cadastro único**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastro-unico/gestor/bpc-beneficio-de-prestacao-continuada>. Acesso em: 29 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>. Acesso em: 26 mai. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único atinge marca de 27,2 milhões de famílias**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/fevereiro/cadastro-unico-atinge-marca-de-27-2-milhoes-de-familias/>. Acesso em 28 mai. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CRAS – institucional**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-institucional>. Acesso em: 30 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil sem miséria**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20plano-brasil-sem-miseria-1/plano-brasil-sem-miseria>. Acesso em: 01 dez. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Município: **Relatórios de Informações Sociais**. RI Inclusão Produtiva São Felipe D'Oeste (RO). Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>. Acesso em 29 mai. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Município: **São Felipe D'Oeste/RO**. Caracterização demográfica da extrema pobreza. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega\\_pdf.php?rel=extrema\\_pobreza](http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza). Acesso em: 15 mai. 2014.

BUTTO, Andrea *et al.* **MULHERES RURAIS E AUTONOMIA**. Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília, 2014. Disponível em: [http://portal.mda.gov.br/portal/dpmr/arquivos/view/AutonomiaMulheres\\_Ruraisite.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/dpmr/arquivos/view/AutonomiaMulheres_Ruraisite.pdf). Acesso em: 22 jun. 2014.

CALLADO, Antônio André Cunha (Org.). **Agronegócio**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Cartilha da agricultura familiar. **Gestão do sistema produtivo**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009. Disponível em: [http://www.fbb.org.br/data/files/BE/91/35/1F/9366A31009818793BD983EA8/PAIS\\_Gest\\_o%20do%20Sistema%20Produtivo.pdf](http://www.fbb.org.br/data/files/BE/91/35/1F/9366A31009818793BD983EA8/PAIS_Gest_o%20do%20Sistema%20Produtivo.pdf). Acesso em: 11 fev. 2014.

CASTRO, Jorge Abrahão *et al.* **Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis**: uma análise exploratória. Texto para discussão n. 1.486. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1486.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1486.pdf). Acesso em: 21 jan. 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Agricultura Familiar**. O que é o PAA?. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**: uma abordagem decisória. 5. ed. São Paulo: Atlas 2009.

FEDEERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. SENAR. **Promoção social – o que é?**. Disponível em: <http://www.faespsenar.com.br/senar/pagina/exibe/promocao-social/o-que-e/147>. Acesso em: 01 dez. 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. Plano Brasil Sem Miséria: **O Brasil ousa novamente**. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/noticias/ultimos-artigos/2012/fevereiro/leia-artigo-de-jose-graziano-publicado-no-jornal-valor-economico>. Acesso em: 20 mai. 2014.



GUILHOTO, J. J. M. et al. **A importância do agronegócio familiar no Brasil**. Revista de economia e sociologia rural. Brasília: v. 44, n. 3, jul./set. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-20032006000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-20032006000300002&script=sci_arttext). Acesso em: 01 dez. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/comentarios.pdf). Acesso em: 02 dez. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: **Censo Agropecuário 2006**. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados gerais do município**. Infográficos. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=110148&search=rondonia%7Csaofelipe-d%60oeste%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em 14 fev. 2014.

MOURÃO, Patrícia. **Organizações produtivas de mulheres rurais**. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/390/Artigo%20-%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20produtiva%20de%20mulheres%20rurais%20-%20Patr%C3%ADcia%20Mour%C3%A3o%20-%20NEAD.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2013.

OLIVEIRA, Willes de Cardoso. **A importância da gestão empresarial no meio rural**. 2013. Disponível em: <http://www.artigonal.com/gestao-artigos/a-importancia-da-gestao-empresarial-no-meio-rural-6836052.html>. Acesso em: 17 jun. 2014.

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA. **Inclusão produtiva rural**. PBSM, 2014. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>. Acesso em: 13 nov. 2013.

RICHETTI, Alceu. Porque controlar o custo de produção?. Disponível em: <http://www.cpao.embrapa.br/portal/artigos/artigos/artigo7.html>. Acesso em: 08 fev. 2014.

SANTOS, Manoel José dos. **Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300017&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300017&script=sci_arttext). Acesso em: 17 jan. 2014.

SÃO FELIPE D'OESTE, Prefeitura Municipal de. **Histórico.** Dados Geográfico. Disponível em:  
<http://www.saofelipe.ro.gov.br/portal1/municipio/evolucao.asp?iIdMun=100111043&sTipo=i>  
 dh. Acesso em 20 mai. 2014.

SEIXAS, Wandel. Importância de extensão rural. Disponível em:  
<http://www.emater.gov.br/w/2545>. Acesso em 16 jun. 2014.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Coleção SENAR 153.** Associações rurais. Práticas associativistas, características e formalização. Disponível em:  
[http://www.senar.org.br/sites/default/files/CartilhaSENAR\\_153%20-%20ASSOCIACOES%20RURALS.pdf](http://www.senar.org.br/sites/default/files/CartilhaSENAR_153%20-%20ASSOCIACOES%20RURALS.pdf). Acesso em: 01 jul. 2014.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR. **Entendimentos do controle interno federal sobre a gestão dos recursos das entidades do sistema “S”.** Disponível em:  
<http://www.senar.org.br/sites/default/files/senar/CartilhaEntedimentosCISistemaS.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2014.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR. **Pessoas que dão vida ao campo:** a mão amiga do produtor rural. SENAR, 2014. Disponível em:  
[http://www.senar.org.br/sites/default/files/2o\\_concurso\\_fotografico\\_do\\_sistema\\_cna-senar.pdf](http://www.senar.org.br/sites/default/files/2o_concurso_fotografico_do_sistema_cna-senar.pdf). Acesso em: 12 jan. 2014.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR. **SOBRE O SENAR:** apresentação. SENAR, 2014. Disponível em: <http://www.senar-ro.org.br/section.asp?section=sobresenar>. Acesso em: 12 de jan. 2014.

SILVA, Sandro Pereira. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial:** uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no território de Jequitinhonha-MG. Texto para discussão n. 1.963. Brasília, IPEA, 2010. Disponível em:  
[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1013/1/td\\_1693.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1013/1/td_1693.pdf). Acesso em: 20 Jan. 2014.

SCHULMANN, Maitê Luiza. **O contexto e o efeito do PRONAF mais alimentos para os agricultores familiares no município de Teutônia –RS.** Dissertação de mestrado. Disponível em:  
<http://www.ppgexr.com.br/arquivos/Disserta%E7%E3o%20Mait%EA%20Luize%20Schuhmann.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2014.

SOUSA, Rômulo Paes. **Plano Brasil sem Miséria**: incremento e mudança na política de proteção e promoção social no Brasil. Disponível em: [http://redproteccionsocial.org/sites/default/files/plano\\_brasil\\_sem\\_miseria.pdf](http://redproteccionsocial.org/sites/default/files/plano_brasil_sem_miseria.pdf). Acesso em: 16 jan. 2014.

VEIGA, José Eli da. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Caderno de ciência e tecnologia. Brasília, 2006. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9009/5115>. Acesso em: 21 jan. 2014.

## **APÊNDICE**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL/RO**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SOBRE A INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL  
 COMO MEIO DE GESTÃO E PROMOÇÃO SOCIAL PARA A AGRICULTURA  
 FAMILIAR**

Este documento tem como objetivo aplicação de estudo de caso no Município de São Felipe do Oeste – Rondônia, com propósito de levantamento de dados para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Federal de Rondônia sob a orientação do Professor Ms. Charles Carminati de Lima.

PERFIL \_\_\_\_\_ SOCIOECONÔMICO \_\_\_\_\_ DO  
AGRICULTOR FAMILIAR

**1. Sexo**

- ☐ masculino  
☐ feminino

**2. Idade do responsável pelo preenchimento**

- ☐ 18 a 31  
☐ 32 a 47  
☐ 48 a 65  
☐ acima de 65

**3. Nível de escolaridade**

- ☐ fundamental completo  
☐ fundamental incompleto  
☐ analfabeto  
☐ outros: \_\_\_\_\_

**4. Quanto é aproximadamente a renda familiar mensal?**

- ☐ nenhuma renda  
☐ até 1 salário mínimo  
☐ de 1 a 2 salários mínimos  
☐ de 2 a 3 salários mínimos  
☐ de 3 a 4 salários mínimos  
☐ outros: \_\_\_\_\_

**5. Qual sua situação fundiária?**

- ☐ proprietário  
☐ arrendatário  
☐ meeiro  
☐ posseiro  
☐ parceiro  
☐ outros: \_\_\_\_\_

**6. Qual sua atividade produtiva rural?**

- ☐ leite  
☐ frutas  
☐ grãos  
☐ peixe  
☐ hortaliças  
☐ outros: \_\_\_\_\_

**7. Qual o destino principal da produção?**

- ☐ subsistência  
☐ comercial

**8. A renda obtida é:**

- ☐ totalmente da propriedade  
☐ maior parte da propriedade  
☐ maior parte de outras atividades  
☐ totalmente de outras atividades não resultantes da propriedade rural e produção rural (especificar quais atividades)  
 \_\_\_\_\_

**GESTÃO PRODUTIVA**

**1. Qual entidade presta extensão rural na propriedade agrícola?**

- ☐ EMBRAPA. Qual? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
☐ EMATER. Qual? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
☐ SENAR. Qual? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
☐ SEMAGRI. Qual? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
☐ Sindicato Rural. Qual? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
☐ outros: \_\_\_\_\_

**2. É utilizado algum controle financeiro sobre as atividades agrícolas?**

- ☐ sim: Qual? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
☐ não: por que? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**3. Participou de algum curso com foco na Gestão Rural?**

- ☐ sim: Por que? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
☐ não: Por que? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**4. Quais cursos realizados pelo SENAR com o objetivo de capacitação de geração de renda para melhorar sua qualidade de vida você frequentou no ano de 2012?**

- ( ) doces e salgados  
 ( ) doces, geleias e compotas  
 ( ) corte e costura – peças íntimas  
 ( ) panificação  
 ( ) apicultura  
 ( ) trator  
 ( ) trator – PC  
 ( ) operador de motosserra  
 ( ) todas as alternativas  
 ( ) não participei de nenhum curso

**5. O que te levou a participar dos cursos promovidos pelo SENAR?**

- ( ) nova fonte de renda  
 ( ) complemento da renda advinda de outras atividades  
 ( ) diversificação da atividade produtiva  
 ( ) melhoria da qualidade de vida  
 ( ) outros: \_\_\_\_\_

**CONTRIBUIÇÃO NA INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL E NA PROMOÇÃO SOCIAL**

**1. A família recebe algum benefício do governo federal. Qual?**

- ( ) não recebe  
 ( ) bolsa família  
 ( ) bolsa escola  
 ( ) aposentadoria  
 ( ) pensão  
 ( ) outros \_\_\_\_\_

**2. Caso afirmativo, como foi aplicado o benefício?**

- ( ) alimentação  
 ( ) educação  
 ( ) vestuário  
 ( ) aquisição de eletrodomésticos  
 ( ) melhoria na moradia  
 ( ) lazer diversão  
 ( ) outros \_\_\_\_\_

**3. De qual programa governamental você participa como agricultor?**

- ( ) PAA (Programa de Aquisição de alimentos)  
 ( ) PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)  
 ( ) ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)  
 ( ) SIPAF (Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar)  
 ( ) PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

**4. Como a ATRERON promove aos seus associados a inclusão social?**

- ( ) feiras  
 ( ) festas  
 ( ) palestras  
 ( ) reuniões  
 ( ) outros \_\_\_\_\_

**5. Seus produtos já foram expostos em algum evento ou feira?**

- ( ) não: Porque? \_\_\_\_\_  
 ( ) sim, municipal  
 ( ) sim, estadual  
 ( ) sim, nacional

**6. De quais atividades sociais você participa na sua comunidade?**

- Grupo religioso: ( ) sim ( ) não  
 Missa e/ou culto: ( ) sim ( ) não  
 Torneios de futebol: ( ) sim ( ) não  
 Festas nas escolas: ( ) sim ( ) não  
 Associação de pais: ( ) sim ( ) não  
 Feiras: ( ) sim ( ) não  
 Exposição agropecuária: ( ) sim ( ) não  
 Rodeios: ( ) sim ( ) não  
 Grupo de mulheres: ( ) sim ( ) não  
 Na ATRERON ( ) Qual? \_\_\_\_\_

**7. O que melhorou na sua vida e de sua família com a realização dos cursos promovidos pelo SENAR?**

**Renda familiar:**

- ( ) melhorou ( ) piorou ( ) permaneceu igual

**Qualidade de vida:**

- ( ) melhorou ( ) piorou ( ) permaneceu igual

**Qualidade no trabalho:**

- ( ) melhorou ( ) piorou ( ) permaneceu igual

**Relação familiar:**

- ( ) melhorou ( ) piorou ( ) permaneceu igual

**8. Quais os órgãos ou entidades que contribuem na promoção social dos agricultores familiares do município?**

- ( ) prefeitura  
 ( ) sindicato rural  
 ( ) igrejas  
 ( ) escolas municipais  
 ( ) cooperativas  
 ( ) EMATER  
 ( ) SENAR  
 ( ) CRAS (Centros de Referência de Assistência Social)  
 ( ) outros: quais? \_\_\_\_\_